



PARECER JURÍDICO Nº 110/2025

MATÉRIA: PROJETO DE LEI Nº 051/2025

SÚMULA: “DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO USO DE CAPACETE E DISPOSITIVOS DE SINALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE BICICLETAS ELÉTRICAS NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA, E ESTABELECE MEDIDAS DE CONSCIENTIZAÇÃO E SEGURANÇA VIÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA: VEREADOR DARLAN TRINDADE CARVALHO

I- DA CONSULTA E O SEU OBJETO

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

Foi submetido a esta Secretaria Jurídica para manifestação técnico-jurídica o Projeto de Lei nº 051/2025 de 03 de setembro de 2025, de autoria do Vereador Darlan Trindade Carvalho, que propõe a adequação normativa para utilização de capacete aos condutores de bicicleta elétrica, o Projeto de Lei traz em seu bojo o seguinte pronunciamento:

“(…) **Art. 1º** Fica obrigatório o uso de capacete, a bicicleta elétrica deve ter indicador de velocidade, campainha, sinalização noturna (dianteira, traseira e lateral) e espelho retrovisor em ambos os lados para todos os condutores de bicicletas elétricas (e-bikes) em vias públicas do Município de Alta Floresta/MT.

Art. 2º Considera-se “bicicleta elétrica” para efeitos desta Lei o veículo de propulsão humana dotado de motor elétrico auxiliar com potência nominal máxima de até 1000W (mil watts), com sistema que garanta o funcionamento do motor somente quando o condutor pedalar (pedal assistido), não dispondo de acelerador ou de qualquer outro dispositivo de variação manual de potência, e com velocidade máxima de propulsão do motor auxiliar não superior a 32 km/h (trinta e dois quilômetros por hora), conforme disposto na Resolução CONTRAN nº 996, de 15 de junho de 2023.

Art. 3º Os dispositivos de segurança deverão obedecer aos padrões do Inmetro ou de certificação equivalente, garantindo sua eficácia.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a:

- I - promover campanhas educativas sobre o uso seguro de bicicletas elétricas;
- II - instalar sinalização específica em ciclovias e ciclofaixas; e
- III - fiscalizar o cumprimento desta Lei por meio dos órgãos de trânsito competentes.

Art. 5º Descumprir o disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras cominações legais:

- I - advertência por escrito na primeira fiscalização;
- II - multa no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da infração de trânsito por dirigir veículo sem usar capacete de segurança (Art. 244 do CTB - Infração Média) em caso de reincidência no mesmo ano; e
- III - apreensão da bicicleta elétrica em caso de descumprimento reiterado (após 3 autuações).

Art. 6º As receitas geradas com multas serão destinadas à:

- I - programas de educação no trânsito; e
- II - Melhoria da Infraestrutura cicloviária municipal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário. (...)”

II- DA JUSTIFICATIVA

O referido projeto tem por finalidade fazer com que os condutores da bicicleta elétrica utilizem capacetes, bem como tenha indicador de velocidade, campainha, sinalização noturna (dianteira, traseira e lateral) e espelho retrovisor.

Na Justificativa assevera a necessidade de realizar processo seletivo para função de coordenador e diretor, a fim de evitar interferências político-partidária ou nomeações por conveniência. “(...) Nos termos do Art. 24, VI, da CF/88, os municípios têm competência concorrente para legislar sobre trânsito e transporte local. O CTB (Art. 95 e Resolução CONTRAN 996/2023) define as bicicletas elétricas como veículos de propulsão humana, mas não especifica detalhes de segurança além dos dispositivos de sinalização básica. Inspirado em iniciativas como as dos municípios de Curitiba/PR e Florianópolis/SC, este projeto visa:

- Reduzir acidentes: Dados do Observatório Nacional de Segurança Viária apontam que 70% dos acidentes com e-bikes resultam em traumatismo craniano;
- Promover equidade: Equipara a segurança de ciclistas elétricos aos convencionais (já obrigados a usar sinalização);
- Educar, não apenas punir: Prioriza campanhas antes da aplicação de multas.

A medida está alinhada com o Plano Municipal de Mobilidade Urbana e com as metas da Década de Ação pela Segurança no Trânsito (ONU, 2021-2030). No Art. 5º: Optou-se por vincular o valor da multa à infração de trânsito equivalente do CTB (Art. 244 - Infração Média), assegurando atualização automática conforme a legislação federal e

evitando desatualização do valor fixo. Contamos com o apoio dos nobres pares para aprovar esta iniciativa que salvará vidas. (...)”.

O presente parecer tem por objetivo analisar a conformidade do Projeto de Lei com a legislação vigente, bem como verificar o atendimento aos requisitos formais e materiais necessários para sua validade.

Após a exposição dos fundamentos e justificativas apresentados na proposta, passa-se à análise jurídica da matéria.

É o sucinto relatório.

Estudada a matéria, passemos a análise jurídica.

III- DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

- **Competência Legislativa**

Da leitura da propositura, em especial, sua justificativa, se nota a indicação da finalidade a que se destina o Projeto de Lei, atendendo ao disposto na norma regimental.

No Projeto de Lei apresentado, o autor propõe a regulamentação dos condutores das bicicletas elétricas, para que passem a utilizar obrigatoriamente capacete, bem como, que as respectivas bicicletas tenham sinalização, retrovisores e indicador de velocidade.

O Município tem competência para legislar sobre assuntos de interesse local, conforme preceitua o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988:

Art. 30. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Nesse mesmo sentido, dispõe a Lei Orgânica do Município em seu artigo 18, *in verbis*:

Art. 18 . Compete ao município prover a tudo que respeite ao seu interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, em especial:
I – legislar sobre assuntos de interesse local;

Apesar da generalidade que pode advir da expressão assuntos de interesse local, percebe-se, nesse caso, que o preceito constitucional se enquadra no assunto debatido, uma vez que o interesse local não é caracterizado pela exclusividade do interesse, mas sim pela sua predominância, o que é aplicável à criação de datas comemorativas, concessão de honrarias entre outras, em que não hajam implicações vedadas pelo ordenamento jurídico.

Nesse sentido é a doutrina do jurista, Roque Antonio Carraza, em sua obra, Curso de direito constitucional tributário. São Paulo. Malheiros. 19 ed. 2004, p. 158, *in verbis*:

“interesse local” não quer dizer privativo, mas simplesmente local, ou seja, aquele que se refere de forma imediata às necessidades e anseios da esfera municipal, mesmo que, de alguma forma, reflita sobre necessidades gerais do Estado Membro ou do país”.

Por todo exposto, percebe-se que o Projeto de Lei tem por objetivo tão somente prevenir e trazer segurança aos condutores das bicicletas elétricas, eis que impõe a obrigação em usar capacete, e ainda, em ter indicador de velocidade, campainha, sinalização noturna e espelho retrovisor.

IV- CONCLUSÃO

Diante do exposto e das justificativas apresentadas pelo autor da propositura, esta Secretaria Jurídica opina FAVORAVELMENTE à tramitação e votação do Projeto de Lei nº 051/2025.

Ademais, afere-se da análise realizada, que o Projeto de Lei n.º 051/2025 está em consonância com a legislação vigente, sendo juridicamente viável sua aprovação.

Assim sendo, conclui-se que não foram encontrados vícios de inconstitucionalidade ou de ilegalidade no Projeto de Lei em análise, em atenção às normas que gerem o Município e os mandamentos Constitucionais.

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação, não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos Edis.

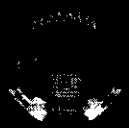
Nesta assentada, deve-se salientar que a presente manifestação tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, carreados aos autos do procedimento administrativo em epígrafe.

Portanto, no entendimento dessa Secretaria Jurídica *é que não há óbice jurídico ou legal à sua aprovação*, cabendo a apreciação do mérito da matéria aos Nobres Edis.

Nesse desiderato e por todo o esposado acima, o posicionamento é no sentido de que o projeto preenche as exigências normativas referentes à matéria para que possa ser implementada.

Contudo, cabe explicitar que tal parecer *não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos Edis*, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

O quórum para deliberação pelo Plenário desta Casa de Leis é de maioria simples dos votos da Câmara, conforme preceitua o artigo 174, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Alta Floresta/MT.



Este parecer foi exarado com base nos elementos constantes dos autos em epígrafe até a presente data, podendo ser revista sua fundamentação diante de novos elementos que venham a ser apresentados.

Salvo melhor juízo, esse é o parecer.

Alta Floresta – MT, 10 de setembro de 2025.

LILYAN
MANOELA DA
SILVA
NASCIMENTO

Assinado digitalmente por LILYAN MANOELA DA
SILVA NASCIMENTO
DN: O=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC VALIO BRASIL
vs, CN=Manoela Manoela da Silva Nascimento, OU=1156797000184,
CN=LILYAN MANOELA DA SILVA NASCIMENTO
Reader: Eu sou o autor deste documento
Localização: não localizada de assinatura aqui
Data: 2025.09.10 13:55:25-0300
Port: PDF Reader Versão: 11.2.1

Lilyan M. da S. Nascimento
OAB/MT 33.646
Assistente Jurídica

Kathiane C. Borges
OAB/MT 31.082
Assistente Jurídica